

Diário do Legislativo de 07/03/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO DIA

1.1 - Comissão

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Célio Moreira, Luiz Humberto Carneiro e Marília Campos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e fixar dia e horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 6 de março de 2003.

Pinduca Ferreira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Fahim Sawan, João Bittar e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/2/2003

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados da Mesa Diretora, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, público amigo, sinto-me honrado em ocupar, pela primeira vez, esta tribuna, pela qual passaram as mais expressivas personalidades da política mineira e os grandes oradores que deixaram, aqui, o legado de sua cultura.

Quero, nesta oportunidade, fazer um agradecimento especial ao povo amigo de Sete Lagoas e dos 135 municípios onde fui votado. A esses eleitores, que ora nos vêem pela TV Assembléia, e que me honraram com a sua confiança, reafirmo o meu propósito de desempenhar este mandato com dignidade e respeito aos princípios democráticos.

Vou continuar sendo o homem simples que todos conheceram um pouco mais na campanha. O médico do interior, sempre sensível às necessidades dos menos favorecidos, que fala a sua língua, que vive os seus problemas e que leva uma vida modesta. Estou certo de que todos esperam muito do meu trabalho e anseiam por uma vida melhor. Por isso mesmo, o meu compromisso é de servir sempre, com muita seriedade, ao povo mineiro.

Agradeço aos colegas Deputados pela acolhida generosa, que vem facilitando muito este convívio parlamentar. Agradeço à competente equipe de servidores desta Assembléia, sempre solícitos e atenciosos. Meu agradecimento a todos os que me apoiaram e estiveram próximos durante a campanha e também à equipe do meu gabinete, que tem muito trabalho pela frente.

Em razão da comemoração da Semana Nacional contra o Álcool na semana passada, no período de 18 a 23, quero fazer algumas considerações. Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como doença incurável e de efeitos letais, o alcoolismo atinge hoje todas as idades, com a perda progressiva de qualidade de vida do nosso povo. Muitos buscam na bebida a solução dos seus problemas e, sendo o álcool energético poderoso, ele passa a substituir as fontes de energia que o corpo humano exige diariamente. Assim, com o passar do tempo, o alcoólatra passa a não ingerir as gorduras, as proteínas e os açúcares de que o organismo precisa, entrando o álcool como fornecedor das calorias. A falta, principalmente, das proteínas leva a um quadro de desnutrição progressiva, porque o fígado fica incapacitado de sintetizar as proteínas necessárias à manutenção da homeostase orgânica, tornando-o doente e, portanto, usuário freqüente dos leitos hospitalares, aumentando a demanda dos recursos da saúde.

No aspecto sócio-econômico, como o alcoolismo não tem preferências, o indivíduo passa a perder tudo aquilo que conquistou na vida - a família, o emprego, os amigos - e, muitas vezes, morre só.

Esse problema hoje se reveste de caráter epidêmico, porque a propaganda de bebidas envolve mulheres bonitas, artistas, e algumas são tão bem elaboradas que chegam a influenciar até as crianças.

Neste caso, cabem aqui alguns exemplos, que chegam a nos assustar. Na semana passada, operei um adolescente de 15 anos, que trabalha no meio rural e se diz usuário de cachaça.

Há algum tempo, internei um paciente com um quadro de insuficiência cardíaca em cuja gênese estava o alcoolismo.

Também, há algum tempo, foi internada uma criança de tenra idade na pediatria do Hospital Nossa Senhora das Graças, em Sete Lagoas, que não melhorava com o tratamento, pois apresentava um quadro clínico compatível com a síndrome de abstinência alcoólica.

Após ter sido consultada, a mãe da criança informou que a sustentava com mamadeiras de cachaça, diluída com açúcar e água.

Essa criança, em fase inicial, teve de receber pequenas doses de álcool diluído até a sua melhora.

Faço aqui esta oração para exaltar a importância da semana contra o álcool e elogiar todos os grupos de Alcoólicos Anônimos, tanto do Brasil quanto do exterior, pois é a única instituição que dá uma segunda vida ao doente do álcool, devolvendo-lhe a sua dignidade e oportunidade para tomar um novo norte.

Há muitos anos venho realizando palestras nas escolas e nas associações, falando, em emissoras de rádio, sobre os males do alcoolismo e apontando o trabalho dos Alcoólicos Anônimos.

Desejo continuar esse trabalho de esclarecimento e conto com a ajuda desta Casa e dos nobres Deputados para a divulgação ampla dos efeitos nocivos do álcool.

Na semana passada, compareci a uma reunião da Associação dos Produtores de Leite realizada na Gameleira e dirigida pelo seu Presidente, Paulo César de Resende, irmão da Deputada Ana Maria.

Ontem, estive em Barbacena, onde aconteceu uma outra reunião dessa Associação. Nessa ocasião, apresentaram uma proposta para libertar o produtor de leite da escravidão, a qual serve também para não deixar esquecidas as conquistas da CPI do Preço do Leite realizada por esta Casa e tão bem dirigida pelo ex-Deputado João Batista de Oliveira.

As várias CPIs do Preço do Leite, instaladas em diversos Estados, trouxeram à tona o vergonhoso massacre dos produtores, do qual participaram as indústrias e o mais novo inimigo da classe produtora configurado no gigantesco poder de cartelização dos supermercados que contaram com a conivência do Governo e dos representantes da classe.

A degradação teve início quando o Governo Collor extinguiu o tabelamento, lançando o produtor nas garras da voraz indústria, que, caracterizada ao extremo, expôs o produtor à concorrência desigual com produtores de outros países, em que campeiam fartos subsídios que chegam a atingir US\$906,89 ou R\$3.272,00 por tonelada, além da garantia de preço e do estoque regulador, quando, para nós, esses benefícios são negados.

O nosso produto "in natura" foi desprezado para dar lugar ao fraudulento soro importado, conhecido como comida de porco ou lixo poluente, que foi misturado ao leite em pó, hidratado e criminosamente vendido para crianças, velhos e enfermos. Corroeu nossas divisas, pôs em risco nossa saúde e desmantelou a nossa cadeia produtiva. Em sua embalagem, profana o nome do nosso País e expõe a cumplicidade do Ministério da Agricultura, que avalizou o indecoroso delito.

Presenciamos, com espanto, uma multinacional comprar cooperativas e eliminar sumariamente os produtores, para praticar a infâmia do soro. Tal truculência não só espanta como também aterroriza.

Os supermercados exercem impiedoso rebaixamento nos preços pagos ao produtor, elevam descomunalmente o preço cobrado ao consumidor, retêm para si todo o lucro e impõem prejuízo ao produtor, que não consegue cobrir seus custos de produção.

Os economistas ensinam que não é suficiente saber produzir. O mais importante é saber comercializar.

Para o produtor, a comercialização do leite não existe, pois "entregamos" o nosso produto, como se fosse uma carta assinada em branco, e só vamos saber do seu preço 45 ou 50 dias depois de tê-lo produzido, proporcionando à indústria uma injustificável liberdade para impor sua ganância insaciável.

É comum o produtor ser estimulado a produzir e, logo a seguir, ver o preço do leite ser aviltado. Às vezes deixam até de pagar e todo prejuízo da indústria é automaticamente repassado ao produtor: os lucros jamais.

Não se conhece no mundo outro critério de fixação de preço tão absurdo e humilhante, que atraiu para cá as indústrias de toda parte do mundo e, com elas, a deslealdade e as fraudes. Todos esses abusos aconteceram, apesar de existirem órgãos de defesa, como secretarias e ministérios, sindicatos, federações, confederação da agricultura, organização e confederação das cooperativas, etc, o que indica a urgente necessidade de severas mudanças nesses setores. Essas entidades quase sempre são de manutenção caríssima, muitas delas mantidas por contribuições sindicais obrigatórias, com diretorias que se eternizam nos cargos e que permitiram que a catástrofe acontecesse. Não temos a função de investigar, mas presenciamos muitos fatos que indicam a clara conivência com essas distorções, como o caso de um palestrante, funcionário da EMBRAPA, promovido pela FAEMG, de nome Arthur Chilenato, que percorreu nossa região apregoando com humor negro, entre outros absurdos, que o preço de R\$0,20 por litro era muito bom, tendia a diminuir e que tínhamos de aumentar a produção porque não existia mais espaço para o pequeno produtor. Como se vê, um discurso mentiroso, tendente para a indústria e perverso para o pequeno produtor, que, ao contrário, tem sua presença garantida nas associações.

Em reunião no nosso sindicato, assistimos estarelecidos o Presidente da Comissão do Leite da FAEMG, exibindo um servilismo incompatível com seu cargo, declarar que não deveríamos combater as indústrias porque estas são nossas parceiras e que a importação de soro não preocupava, o que preocupava era o soro nacional.

A EMBRAPA, no último dezembro, promoveu na turística cidade de Foz do Iguaçu um pomposo Congresso Internacional do Leite, sobre o qual remeteu uma carta ao Presidente da República. Esperava-se, de tanto alvoroço, um pronunciamento condizente com a suntuosidade do evento e com o clamor da classe. No entanto, as sugestões apresentadas são tímidas, incapazes de tirar o produtor do abismo, pois a inclusão do leite no Programa Fome Zero é redundância e a elevação do Imposto de Importação apenas um paliativo. A superficialidade desta carta pode ser facilmente comprovada se comparada ao relatório da CPI, que é uma fonte abundante de informações e absolutamente segura, por se tratar de trabalho sério, completo e corajoso, como poucas vezes se viu neste País, e onde são abordados, com profundidade e detalhes, 16 itens, enquanto a carta aborda apenas três, e assim mesmo superficialmente, deixando de fora os assuntos mais importantes, como o monopólio da Tetra Pak, a cartelização dos supermercados, o vergonhoso soro importado e os juros extorsivos. E ao se referir à fraude, demonstra nítida preocupação em proteger a indústria.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Quero apenas congratular-me com V. Exa., dizer de nossa indignação ao testemunhar, há tantos anos, o massacre que se faz ao produtor de leite em Minas Gerais. A preocupação que trazemos, somando-nos a V. Exa., é a de que esse assunto não seja jogado na vala comum de dizer que essa situação é irremediável. O trabalho iniciado pela CPI, na legislatura anterior, tem de ter continuidade. Conclamo todos os companheiros que têm sensibilidade, não só em relação ao meio rural, mas também em relação ao cidadão que deseja ter dignidade para produzir alimentos, a tomar, nesta Casa, atitudes concretas em defesa do produtor de leite e dos produtores rurais das nossas Minas Gerais.

O Deputado Doutor Ronaldo - É altamente comprometedor e indicativo de conivência o desprezo dos ilustres signatários da carta ao referido relatório, cuja suprema importância torna imperioso seu aproveitamento. Percebemos que apesar de toda a eficácia das diretrizes observadas em sua elaboração, o trabalho está caindo no esquecimento; e pela gravidade das denúncias nele expostas, já era tempo de ter surtido efeito prático. A mencionada carta é assinada por seis supostos representantes de nossa classe, cuja maioria tem por hábito a omissão ou timidez em suas manifestações, feitas apenas para salvar as aparências, para marcar presença ou colocar tranca em porta arrombada, tentando justificar as vultosas despesas de manutenção, traindo sua função. Como lobos vestidos de carneiros, posicionam-se contrariamente aos interesses do produtor, como ficou demonstrado acima. Segundo a revista "Balde Branco", de janeiro de 2002, à página 54, a tão badalada "inclusão do leite no programa de garantia de preço mínimo serve apenas de referência para os laticínios que quiserem obter empréstimo do Governo a juros subsidiários". Acrescenta o ex-Ministro Pratini de Moraes, na mesma revista: "O valor estabelecido servirá apenas para financiamento de estocagem de leite em pó, não tendo relação com os preços praticados pelo mercado".

Apesar de toda confiança que depositamos no atual Governo, estamos tomando conhecimento da requeitada inclusão do leite no Programa do Preço Mínimo, indicando que o desprezo pela classe continua, pois não se dão nem mesmo ao trabalho de inovar, repetindo a mesma pirotecnia enxovalhada e a mesma subserviência à indústria, o que impõe a imediata substituição da atual assessoria da política do leite nos órgãos de defesa do produtor, se de fato houver intenção de resgatar a dignidade da classe.

Esses pronunciamentos surpreendem e assustam, pois estoque de leite é uma arma poderosa contra os produtores, uma vez que a indústria e os supermercados, liderados por multinacionais, extremamente cartelizados, detentores de táticas comerciais sofisticadas que se projetam no mercado mundial, fora do alcance dos produtores, são capazes de orquestrar a manipulação unilateral dos preços, deixando o produtor à margem das negociações.

Todos os anos, no período de estocagem, as indústrias exercem forte pressão redutora de preço e, a seguir, no momento de vender o produto estocado, elevam os preços obtendo lucros astronômicos, que nem sequer "respingam" no produtor.

Nessas manobras, só ganham as indústrias e os supermercados, ficando de fora o produtor e o consumidor, que sempre perdem, o que exige a imediata intervenção dos órgãos de defesa da ordem econômica.

Vou interromper esta leitura, pois há outro assunto sobre o qual gostaria de falar.

Quero parabenizar a EMBRAPA, na pessoa do seu Chefe-Geral Antônio Fernandino de Castro Baía Filho, pelos 28 anos de funcionamento do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, sediado em Sete Lagoas. Posteriormente, lerei aqui essa matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Vanessa Lucas - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de acordo com assunto que abordamos na semana passada, passo às mãos do Presidente o seguinte requerimento: "A Deputada que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. a criação de uma Comissão Especial, suprapartidária, para, no prazo de 60 dias, avaliar o impacto nos municípios mineiros do Decreto nº 4.594/2003 do Governo Federal, propor medidas e intermediar negociações junto ao Governo Federal, objetivando a liberação dos recursos de convênios celebrados com a União no Governo Fernando Henrique Cardoso."

Peço também ao Sr. Presidente que o encaminhe ao Sr. Governador, solicitando seu apoio na intermediação, junto ao Governo Federal, para a revogação do Decreto 4.594/2003, que suspendeu as despesas incluídas em restos a pagar do orçamento federal e, conseqüentemente, a liberação dos recursos de convênios celebrados com a União, no Governo Fernando Henrique.

No dia em que fiz aqui meu pronunciamento, naquela quinta-feira, vários Deputados falaram a respeito dos restos a pagar. Inclusive, no sábado, estiveram em reuniões separadas, pedindo só pelas cidades ligadas ao partido. Isso não é certo. Minas é um todo, não podemos pensar só em algumas cidades. Inclusive, as cidades que já estão com obras em andamento receberam dinheiro do Governo Federal, por intermédio do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero pedir, sim, por todas as cidades de Minas. Peço apoio a todos os Deputados Estaduais, que têm responsabilidade, pois as pessoas mais carentes do nosso Estado vão perder. Precisam das canalizações de córregos, de apoio na área da saúde, de creches, de ação social, postos de saúde, escolas. Elas estão perdendo, e isso não é justo.

Não acho justo que se crie uma comissão escondida para tratar somente de algumas cidades, e que somente um partido tenha privilégios. Se os recursos existem, e se essas cidades hoje têm necessidades e querem continuar as obras, é porque isso foi liberado pelo governo Fernando Henrique. Muito obrigada a todos.

O Deputado Leonardo Moreira* - Exmas. Sras. Deputadas, a quem cumprimento por meio da pessoa que tivemos orgulho em ter como nossa primeira Presidente este ano, Deputada Maria José Haueisen. Exmos. Srs. Deputados, a quem cumprimento por meio de uma pessoa que abriu a porta aos novos Deputados, nosso ex-Presidente, Deputado Antônio Júlio. Cumprimento também os senhores e senhoras funcionários e funcionárias administrativos e dos gabinetes desta Casa, que dão todo o suporte para que o Legislativo mineiro se desenvolva. Membros da galeria, em especial os servidores de carreira da Assembléia, que sem dúvida nenhuma têm um pleito legítimo e não serão desassistidos por esta Casa. Membros da imprensa que, com sua presença, honram e dignificam nossas reuniões. Senhores e senhoras, boa tarde.

Não poderia me abster, neste momento em que se iniciam os trabalhos do Legislativo, de fazer algumas considerações que tenho como legítimas em resposta aos meus eleitores e, de uma maneira geral, a Minas Gerais. Primeiramente, agradeceria aos meus eleitores do Sul de Minas, da Zona da Mata mineira e ao Deputado Federal Edmar Moreira, o qual tenho a honra de ter como pai, por terem acreditado em minha pessoa e depositado em mim a confiança de trabalhar pelo povo mineiro. Minas passa por transformações, assim como o restante do Brasil. Capitaneados os mineiros pelo Exmo. Sr. Governador Aécio Neves da Cunha, sem dúvida nenhuma, Minas entrará novamente no caminho do progresso e da prosperidade. Sucesso, Sr. Governador, na sua primeira empreitada internacional. Ressalto também a brilhante atuação de todo o seu secretariado por meio de nosso competente Secretário de Governo, Deputado Federal Danilo de Castro, peça fundamental e, eu diria, o grande arquiteto para que este entrosamento entre os Poderes se dê de forma harmoniosa. Não poderia deixar também de parabenizar nosso ex-Presidente e Deputado Estadual, agora Deputado Federal e Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que, sem dúvida nenhuma, realizará um trabalho ímpar em grandeza e de moralização para Minas e para o Brasil. Ressalto também o importante trabalho que nosso Líder do PL, Deputado Dinis Pinheiro, e nosso 3º-Secretário, Deputado Pastor George, pretendem realizar. Considero ainda de forma especial nosso Vice-Líder de Governo, Deputado José Milton, por quem tenho um grande apreço, pessoa que desde a minha chegada a esta Casa acolheu-me de forma calorosa, assim como a todos os novos Deputados do PL que chegaram; Deputados Sidinho, Jayro Lessa e Célio Moreira, a quem mando um abraço e desejo sucesso nesta caminhada.

Não poderia deixar de falar que o Legislativo mineiro conta com um dos melhores Presidentes que esta Casa já teve, homem que sintetiza trabalho, honestidade, competência e seriedade: o Deputado Mauri Torres. Desde o primeiro momento mostra a que veio, desenvolvendo, acima de tudo, um trabalho íntegro e transparente. Por isso, peço a V. Exa. que lute para que o nosso Legislativo atue de forma cada vez mais transparente, porém, de forma severa com aquelas pessoas que tentarem expor esta Casa à maledicência e ao julgamento da opinião pública, sem que sejam observados os princípios do direito, da moral, e, acima de tudo, da ética, em que sempre o Legislativo mineiro se pautou.

É necessário sim, Sr. Presidente, que nós, membros desta Casa, adotemos uma postura de valorização de nossos mandatos, que sejamos companheiros uns dos outros, sempre respeitando o princípio do contraditório, que se faz necessário e é uma das armas mais poderosas da democracia. Definitivamente, não podemos ficar à mercê de ímpetos ou rompantes desvaierados de pessoas, que, se ainda buscassem defender ideologias, diga-se de passagem, teriam o meu apoio, mas buscam a promoção pessoal à custa da imagem desta Assembléia.

Sr. Presidente, a grande maioria dos que pertencem a esta instituição acredita em um Brasil grande e sério. Acreditamos em um Brasil que possa dar emprego, alimento, escola e assistência médica a sua população. Acreditamos num Brasil onde as pessoas voltem a confiar, sonhar, ser otimistas e sorrir. Por isso, acreditamos em um Brasil unido, a fim de que voltemos a crer na força e nas possibilidades deste País. Não é difícil. Basta ter seriedade, vontade e determinação em todos os campos. Sr. Presidente, nós, da 15ª Legislatura, acreditamos no Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia, companheiros da galeria, aqui, lutando pelos seus direitos, senhoras e senhores, estar aqui, neste lugar, faz-me refletir sobre minha própria história, meu povo, meu Campo das Vertentes. Não posso esconder as expectativas e emoções que se misturam com a ansiedade do início dos trabalhos legislativos. O momento faz-nos lembrar que aquilo que nos torna comuns é o fato histórico de sermos representantes. Somos, sem dúvida, um pouco de cada um dos eleitores que aqui nos trouxeram e, confiantes, querem que nunca percamos isso de vista. Representamos pessoas e lugares. Temos de continuar a ser o que fez com que a representação nos fosse outorgada pelo voto. Foram-me confiados praticamente 35 mil votos.

Obtive 54% dos votos válidos da minha saudosa São João del-Rei, respaldo das respectivas políticas da região. Em nome dessa confiança, sou e continuo sendo Sidinho do Ferrotaco - Sidinho com "s", como sou conhecido. Essa alcunha, oriunda do nome Sydnei, está atrelada a uma atividade: Ferrotaco, que é a loja de material de construção pertencente a minha família em São João del-Rei. Esse é o espaço de onde vim e que carrego por toda a parte. Somos um só. Penso através dele e falo por ele, porque assim desejou o povo daquela terra.

Ecoar, neste espaço de democracia, o nome das cidades que represento traduz para mim não apenas honra, orgulho e contentamento; traduz responsabilidade da representação democrática.

Esse sistema, segundo dizem, é fruto da tensão entre liberdade e igualdade. Acreditamos no diálogo. Somos pela exaustão de todas as oportunidades e opiniões. Mas o diálogo deve estar voltado para a conquista do espaço público, para a geração de oportunidades para o povo e pelo povo.

Por isso, apostamos na força do turismo. Acreditamos no desenvolvimento pela via das atividades turísticas, na preparação das estradas e das acomodações, dos guias, da cultura da preservação e na fonte de recursos geradores de emprego. É para isso que me servirei de ampla experiência na atuação em projetos sociais.

Na Presidência da Associação Comercial e Industrial de São João del-Rei, implementei o turismo como uma de nossas pautas de atuação. E, ao tempo em que ali desempenhava minhas funções, surgiu a Estrada Real, berço de séculos de cultura brasileira, que ganhou "status" real. Essa estrada é de extrema importância, por se basear na trilha de Santiago de Compostela, que resolveu o problema da Espanha. Nós, empreendedores, buscamos a geração de empregos. Nada melhor que o turismo, porque através dele promoveremos o desenvolvimento sustentável e a geração de empregos.

Levantei a bandeira "Turismo É Emprego" como "slogan" da minha candidatura. Acredito muito nos projetos que dão sustentação e subsídio ao artesanato e às economias familiar e popular. É interessante frisar que o artesanato transforma a economia familiar numa indústria de emprego. Dessa forma, o aposentado tem oportunidade de trabalho, assim como os jovens, as donas de casa, os vizinhos, sobrinhos, irmãos, tios e cunhados. Todos nós, políticos - e hoje Deputados -, precisamos sensibilizar-nos com a questão do emprego. O desemprego assola famílias e cidadãos.

Assim afirmo, com a certeza de quem não só planejou como também de quem compartilhou a experiência vivida nas comunidades. A oportunidade de estar aqui, agora, faz-me recordar que, ainda há pouco, no tempo da chamada campanha, estávamos de casa em casa, fazendo do contato pessoal, elemento precioso de conhecimento e conscientização dos anseios de nossos representantes. Contatos personalizados, rostos, fisionomias, vozes, esperanças, abraços, discursos, visitas e povo. Essencialmente povo, carentes de afeto, apreço, vez e voz. Creio, até mesmo com um certo ar de empreendedorismo, ser um tempo de mudança da sociedade, ainda que permeados pelo nervosismo das guerras, por correrias cambiais de juros altos, por desemprego e contenção de gastos no orçamento estatal. Aposto ser o tempo de Minas Gerais. Confio na atuação do Governador Aécio Neves. Sou seu amigo pessoal, convivi partidariamente ao seu lado durante muito tempo e dou testemunho da pessoa séria, competente e que realmente transformará Minas em modelo de Estado, sem nunca atropelar interesses e direitos dos cidadãos.

Tenho a necessidade de atuar em conjunto, de unir forças, ainda que em desempenho de diferentes funções.

Somos fruto do trabalho conjunto. Temos consciência de que devemos pensar de forma plural, sabemos que nosso tempo é passageiro, que o lugar é este e é de democracia. O Sidinho do Ferrotaco, agora apresentado, é mais um dos que apostam em Minas, tem lugar no tempo e no espaço para uma vida melhor, mais democrática e, acima de tudo, mais justa.

Por derradeiro, quero pontuar minha preocupação com a paralisação nos procedimentos licitatórios referentes à BR-265 que interliga minha região. Os conhecedores da rodovia me darão razão, pois é evidente a importância da rodovia para a sustentação e o desenvolvimento da região central de Minas. Infelizmente, o traçado do sistema de transportes em nosso País privilegia, em sua maioria, o transporte rodoviário, o que pesa, consideravelmente, no preço do produto final. Fechar os olhos para a manutenção de nossas estradas é fechar os olhos para o próprio processo de desenvolvimento. Encaminhei ofício a nosso Ministro dos Transportes, ao Governador e a nosso companheiro de partido, o Vice-Presidente José Alencar, para apoiar-nos nessa causa. O requerimento contou com o apoio de todos os companheiros da Bancada do PL. Conto com a sensibilização de nossa representação federal, bem como com a cooperação de todos os nobres Deputados. A problemática dos transportes permeia nossos jornais diariamente. O próprio veto ao repasse de parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que tem ocupado com tanta veemência os pronunciamentos em nossa Casa Legislativa, é assunto que também muito me tem preocupado.

Creio, finalmente, na atuação desta Assembléia Legislativa diante das nossas representações federais. Minas conta, atualmente, com forte atuação no cenário político nacional, basta acompanhar o papel de nosso Governador como ponto de convergência dos demais executivos estaduais da Federação. O momento é propício, a situação pede providências. Tenho a certeza de que minha luta não será solitária. Espero ter uma atuação respeitosa e bem-sucedida entre os também representantes do povo de Minas Gerais.

Agradeço o apoio da Bancada do PL, em especial agradeço ao Deputado Dinis Pinheiro. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Prezado Deputado Sidinho do Ferrotaco, quero valer-me dos minutos que ainda lhe restam para manifestar minha alegria de vê-lo nesta Casa, representando uma das mais brilhantes e jovens lideranças da nossa região do Campo das Vertentes. Tenho certeza de que trará para o Legislativo mineiro a história tradicional daquela rica região. História que remonta a Tiradentes, que ao longo da vida deste País deu contribuições singulares, história que nos lembra Tancredo Neves e nosso Governador Aécio Neves. Tenho o privilégio de também vir daquela região, da pequena e querida São Tiago. No último final de semana tive a grata felicidade de estar comemorando os 90 anos de meu pai, acompanhando-o, juntamente com meus irmãos, na Santa Missa, como é da nossa tradição.

Tenho certeza de que trabalharemos juntos por aquela região, sob sua liderança, sem dúvida o maior líder do Campo das Vertentes, hoje despontando na nossa Assembléia. Conte com nosso companheirismo e solidariedade. Já nos sentimos afinados com seu discurso, quando, em sua introdução, fazia referência aos servidores aqui presentes. Venho acompanhando o assunto com atenção, procurando me informar a respeito. Quando Prefeito de Divinópolis, apresentei um plano de cargos e salários para que houvesse a justa promoção, baseada na resultante do esforço que se faz ao longo de uma carreira, do tempo de serviço, da assiduidade, da competência. A Casa Legislativa, casa de idéias plurais, não poderá jamais se submeter à possibilidade de que a mera condescendência política prevaleça sobre a competência e a dedicação.

Mas tenho certeza de que, sob a liderança do Presidente Mauri Torres e da Mesa, esse assunto será tratado com o devido cuidado e a seriedade que requer, assegurando os aspectos da responsabilidade fiscal, mas, acima de tudo, preservando um tratamento digno e respeitoso ao servidor. Esta Casa deve ser exemplo para, de fato, dizermos que aqui se faz política com "p" maiúsculo, com seriedade, sem perseguição e sem apadrinhamento.

Estaremos solidários, mas, ao mesmo tempo, trataremos isso com a seriedade que requerem os tempos atuais da responsabilidade fiscal, do cuidado nas decisões, sem transigir no princípio da democracia, no respeito aos direitos de cada trabalhador no exercício de suas funções.

Deputado, parabéns! Conte conosco como companheiros solidários na luta por Minas e pelo Campo das Vertentes.

O Deputado José Milton (em aparte)* - Deputado Sidinho, cumprimento-o pelo seu pronunciamento, que retrata sua vontade e disposição de

trabalhar pelo povo mineiro, especialmente pelo povo de sua cidade, São João del-Rei - terra do nosso Governador Aécio Neves -, onde V. Exa. mostrou sua liderança, manifestada em grande votação. Tenho certeza de que o Campo das Vertentes estará muito bem representado nesta Casa pela sua liderança, pelo seu trabalho, pela sua disposição de realizar em prol do povo daquela região.

Como Deputado reeleito pelo PL, sinto-me honrado por ser seu companheiro. Cumprimento também o Deputado Leonardo Moreira por seu pronunciamento. Não tive condições de apartear-lo - fui ao meu gabinete -, mas parabeno-o e digo que V. Exa., junto com a Bancada do PL, seguramente prestará ao povo mineiro um grande trabalho nesta Casa Legislativa.

Solidarizo-me com os servidores desta Casa. Vejo ali diversos amigos e companheiros, que estão com os Deputados no dia-a-dia, e, por isso, merecem nosso apoio. Com certeza, todos os Deputados, especialmente os do PL, darão apoio para que nossos companheiros, servidores, possam receber tratamento justo pelo trabalho que prestam em favor do bom funcionamento desta Casa.

Parabeno-o, Deputado Sidinho, em nome do PL, de toda a família Liberal de Minas Gerais. Manifesto a alegria de tê-lo aqui conosco, neste mandato, por quatro anos. Um grande trabalho realizaremos com sua experiência e sua disposição para trabalhar pelo povo mineiro.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Sidinho, manifesto a alegria de tê-lo aqui como representante do vale das Vertentes, eleito em nossa coligação do PT, que apoiou a candidatura do Nilmário Miranda com um programa, um projeto próprio, e a candidatura vitoriosa de Lula.

Aproveito a menção que V. Exa. fez à situação dos servidores. Ouvi vários apertes favoráveis à solicitação dos servidores. O que a Mesa tomou como decisão na resolução do ano passado, na realidade, acaba com a carreira e cria uma situação perversa, que é a de deixar nas mãos dos Gerentes a escolha de quem será promovido ou não.

Infelizmente, reconheço que, até em vista de se ter extinguido a carreira, muitos ou alguns Gerentes não estão à altura para escolher seu subordinado para ocupar um cargo. Faça esse debate em qualquer esfera. Já que todos estão opinando favoravelmente, que criemos uma comissão suprapartidária, com Deputados de todos os partidos, para ir à Mesa, pedindo a revogação imediata dessa mudança. Se há um consenso na Casa - e a Mesa representa os interesses da maioria dos Deputados -, temos de tomar uma medida prática, ir à Mesa e dizer que não podemos acabar com a carreira do servidor, criando critérios subjetivos, que estão em mãos, muitas vezes, perversas, para decidir quem será promovido.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco* - Sem dúvida, Deputado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa e servidores desta Casa que recebem, a meu ver, neste momento, o encaminhamento do companheiro Durval Ângelo. Na verdade, as falas devem ter um encaminhamento prático, no qual toda bancada certamente estará ajudando. Ao assumir a Presidência da República, o Presidente Lula foi muito claro: 'Vamos criar condições para que todas as pessoas, no País, possam comer decentemente três vezes ao dia, ou melhor, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém. O Brasil já não pode continuar convivendo com tanta desigualdade. Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém. É para salvar vidas'.

Com essas palavras, no momento de ser empossado no mais importante cargo público do País, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva deu início a uma cruzada contra a fome e a miséria.

Entendemos e concordamos com a obsessão do Presidente Lula, ao verificarmos as estatísticas, que mostram um quadro de 50 milhões de brasileiros carentes de alimentação suficiente para a sobrevivência com o mínimo de dignidade. A fome no Brasil talvez seja o maior exemplo mundial de exclusão social e de completo abandono de milhões de pessoas que estão longe de ser consideradas cidadãos brasileiros.

Minha história de luta política e cristã mostrou-me que a fome não é o resultado somente de miséria, mas, principalmente, da falta de políticas públicas que permitam que um país com uma produção agrícola como a do Brasil possa superar o desperdício e o uso ineficaz do solo e da produção.

Por isso, hoje, mais do que entender o propósito quase obsessivo do Presidente da República, também compartilho essa esperança, pois considero que a vida é direito universal de todos, ao qual não cabe nenhum tipo de contestação. Espero, neste primeiro dia em que uso a tribuna desta Casa - usada por um padre há mais de 30 anos -, e dirijo a palavra aos meus nobres colegas Deputados e Deputadas, encontrar em cada mandato aqui representado essa mesma intenção e, principalmente, a disposição de parceria nessa luta de toda a sociedade brasileira.

O Programa Fome Zero, que vem recebendo críticas, é o primeiro projeto voltado prioritariamente para uma população excluída e sem assistência. As críticas são necessárias e bem-vindas para que o projeto possa ser aperfeiçoado, ser adequado às condições de cada Estado ou região, pois não podemos falhar nessa missão.

Um país que exclui, que convive com a miséria, que distribui e incentiva a desigualdade nunca será desenvolvido na concepção de sua sociedade, nunca será grande nem merecedor de nosso orgulho.

Acredito também que a parceria com os Estados e municípios, as associações comunitárias, entidades classistas e organizações não governamentais seja fundamental para o êxito absoluto desse ousado programa emergencial.

Estou consciente também de que o programa é maior e mais extenso do que muitos imaginam, pois não se reduz à resolução do problema emergencial da fome. Entendo que, para livrarmos desse mal maior o País, é preciso adotar políticas públicas que incentivem o mercado interno, favoreçam a produção de alimentos, gerem empregos e renda e sejam símbolo da conquista da cidadania para todos, como já foi abordado nessa tribuna pelo companheiro Ronaldo, com o qual estava, ontem, em Barbacena, junto com os produtores de leite do Estado.

Em Minas, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA - está preparado para implementar projetos de combate à fome em todo o Estado e se organizou para atender às solicitações das cidades agrupadas em regionais. Estou certo de que é o Estado da Federação que mais avançou em termos de organização do CONSEA, e conseguiu, em curto período, estar representado em todas as regiões.

Hoje, o Conselho em Minas Gerais conta com recursos da ordem de R\$1.500.000,00 para viabilizar projetos, muitos deles elaborados pelas próprias comunidades, todos com o firme propósito de introduzir políticas públicas estruturais para combater a fome e dar condições efetivas para a sobrevivência dessas pessoas.

É dever do Estado cuidar do bem-estar dos cidadãos, mas também é dever de todos, principalmente nosso, como Deputados, que temos o privilégio de representar a sociedade nesta Casa, de estar à frente desse projeto.

Nesse sentido, a atuação do CONSEA é imprescindível num país de contrastes regionais, para que o alcance desse projeto vá além dessas iniciativas emergenciais.

Entre essas políticas necessárias e urgentes, quero salienta a importância do incentivo à agricultura familiar, ao controle da segurança e da qualidade dos alimentos, além da necessidade de sabermos aproveitar ao máximo nossa produção, evitando o desperdício.

A primeira iniciativa do CONSEA será pedir ao Governo Federal que aumente substancialmente o crédito à agricultura familiar. O Banco do Brasil conta, hoje, com R\$13.000.000.000,00 em linhas de crédito para a agricultura, mas só R\$1.500.000.000,00 se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Caríssimo Pe. João, a Assembléia Legislativa, o povo mineiro tem um grande privilégio de tê-lo como um componente, um mandatário de Minas Gerais.

Sua pessoa, como pároco de Ouro Branco, e eu, da minha querida Ouro Fino, tenho certeza de que, no seu pronunciamento primeiro, volta não somente seu pensamento, mas também sua alma, inteligência e, particularmente, todo o seu trabalho já executado na sua querida paróquia, para trazer, a esta Casa, sua vivência àqueles que mais necessitam do amparo do poder público.

O tema de V. Exa. é interessante, porque também o é esta meta de trabalho que doravante estamos assumindo. Na manhã de hoje, recebemos, pela primeira vez, o Secretário da Agricultura, o Deputado Federal Odelmo Leão, que veio, com toda a sua equipe, demonstrar o seu plano de trabalho, para que a agricultura possa ser assunto permanente e constante nesta Casa.

Parabenizo V. Exa. por sua preocupação, que também é nossa, de buscarmos junto ao CONSEA e todos os órgãos do Estado o combate à fome. A vivência que V. Exa. teve como sacerdote sempre poderá nos brindar, com o seu trabalho e projeto.

Desejo ainda, com a sua permissão, saudar a todos os servidores desta Casa, que, mais uma vez, aqui se encontram, na certeza de que a Assembléia Legislativa haverá de resgatar os seus direitos, porque somente assim, unidos pelo trabalho e pelo restabelecimento da gratidão, haveremos de nos dedicar ao nosso trabalho. Parabéns a V. Exa!

O Deputado Padre João* - Obrigado. Esteja certo de que estaremos ampliando o nosso Ministério nesta Casa, comprometidos e atendendo ao apelo de Cristo, que veio para que todos tivessem vida. Contaremos com o apoio de todos nesta nobre causa.

Além de mais recursos, que estaremos solicitando ao Governo Federal, é urgente a desburocratização do processo de financiamento, para que esses pequenos produtores rurais e trabalhadores na agricultura possam usufruir desses recursos.

Se atacarmos o problema em sua origem, dando condições de produção a esses trabalhadores, não precisaremos, em pouco tempo, despender recursos vultosos para corrigir as conseqüências dessa deformação estrutural em nosso País.

A minha origem rural e o meu envolvimento com projetos sociais em Ouro Branco, como já fazia referência o nobre companheiro, e em outras cidades, como a Horta Comunitária da Associação São Francisco de Assis, mostram que a principal saída para o problema da fome e da miséria é o incentivo à produção, distribuindo a aplicação de recursos em pequenos projetos, em vez de continuar concentrando o investimento em grandes propriedades rurais.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte)* - Gostaria de aproveitar o seu pronunciamento e solicitar a todos os companheiros empenho para uma solicitação de seminário legislativo que está na mesa. Aí poderemos discutir toda a problemática da fome e trabalhar no Estado de Minas junto com o Governo Lula. Solicito a todos os companheiros que dêem apoio a esse seminário legislativo neste semestre. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Esteja certo de que o nosso gabinete estará encaminhando.

Então, este é meu apelo a todos os companheiros e companheiras que são também cristãos e têm esse compromisso com um projeto bem mais amplo. Espero que estejamos unidos para o sucesso desse projeto. É importante que se expresse a fé em todos os espaços que ocupamos, seja do nosso trabalho, do lazer, da família. Esta Casa é um espaço privilegiado para garantirmos vida digna a todos os cidadãos. Por isso, conto com todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Caros Deputados e Deputadas; queridos funcionários da Casa, sem os quais não poderíamos exercer o nosso mandato, caros jornalistas e imprensa, nossos melhores fiscais, num primeiro momento, gostaria de dedicar minhas palavras para fazer expressiva homenagem àqueles que considero foram os meus predecessores e aqui representaram a voz dos que trabalham e lutam. E exatamente por isso foram cassados. Homenageio os Deputados Armando Ziller, Riani, Bambirra e Wilson Modesto, todos cassados por terem apresentado como bandeira dos seus mandatos a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores. Quero homenagear também o ex-Deputado Dazinho, que se encontra em situação de saúde especial, mas que, do leito em que repousa, demonstra a resistência daqueles que dedicam sua vida aos que querem mudar o mundo.

O que me traz aqui neste momento é algo muito mais contemporâneo, embora tenha a ver com aqueles que lutam e trabalham: os moradores de Contagem, expresso aqui pela fala da Deputada Vanessa Lucas, quando se referiu ao decreto do Presidente da República, que regulamenta os "Restos a Pagar".

Deputada Vanessa Lucas, V. Exa. traz uma causa que é de todos nós, interessados em que os contratos sejam respeitados. Aqueles que elegeram o Governo Lula querem a mudança que tem como centro a defesa dos que trabalham, logo, daqueles contratos que têm a ver com a melhoria das condições de vida da população das nossas cidades.

Deputada Vanessa Lucas, buscamos imediatamente informações acerca do Decreto nº 4.594, do Presidente da República, que nos traz algumas preocupações. Concordamos com V. Exa. em que a defesa desses contratos é uma pauta de todos os partidos, que desejam que se viabilize o contrato assinado pela Prefeitura de Contagem, que recupera as áreas degradadas da bacia da Pampulha, que atinge também os moradores de Belo Horizonte. É uma bandeira nossa. Pouco nos importa que o contrato tenha sido publicado no dia 11/12/2002, logo, 20 dias antes do último dia do Governo Fernando Henrique. Para nós, não interessa se o contrato foi assinado às pressas, porque corresponde a interesses da

população de Contagem e de Belo Horizonte. O decreto do Presidente da República regulamenta "restos a pagar". É sua obrigação normatizar a dívida. O decreto aponta cortes legais e legítimos. Que sejam respeitados os contratos formalizados, em que tenha havido a contraprestação em bens de serviços e aqueles em que a licitação e a contratação estejam em curso! Não podemos solicitar que o decreto seja anulado. Prefeitos do PT fizeram reunião para viabilizar os contratos que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida.

Achei muito interessante o brilhantismo do Líder do Governo por apresentar a dívida do Governo anterior, representando compromisso e transparência. Por isso queremos lembrar que o Presidente Fernando Henrique, quando assumiu, recebeu, como "restos a pagar", R\$ 3.000.000.000,00 e deixou R\$ 18.000.000.000,00. Isso é uma amarra concreta na viabilização do Governo Lula. Torna-se fundamental não utilizarmos os impactos históricos herdados para nossas disputas político-partidárias. O Brasil vive situação de grave complexidade, dependência e vulnerabilidade externa. Emocionei-me ao ver o Deputado Doutor Ronaldo pronunciar-se sobre a situação da agropecuária, tão necessitada do mínimo subsídio para seu desenvolvimento, seja a aplicação de 25% de depósitos na região de origem, seja a procedência dos juros subsidiados.

A reivindicação de Minas, de que a multa não seja aplicada, é justa. A multa de Minas é fruto de contrato assinado pelo Governo do PSDB, imposto por FHC e aceito por outro governante do PSDB. O Governador Aécio Neves compreendeu que os contratos assinados por seu partido são lesivos à economia de Minas. Temos de lutar para que Minas não seja prejudicada. Lula faz isso porque está submetido à legislação e a condicionantes estruturais impostos pelo FMI. Por isso, achamos que a bancada que sustenta o Governador Aécio Neves deve se incorporar à nossa luta maior para mudarmos as condicionantes estruturais dos contratos internacionais impostos pelo FMI. Sem essa mudança, não iremos a lugar algum. Se deixássemos de cumprir um contrato, acarretando moratória, os Deputados da base de sustentação do Governo diriam que era a falência do Governo Lula.

Não será uma falência do Governo Lula, mas uma armadilha que a situação impôs, com oito anos de um modelo econômico submetido ao capital internacional.

Por isso, queria dizer à Deputada Vanessa Lucas, ao Deputado Ronaldo e a todos os presentes que temos um compromisso bem maior do que nossas disputas político-partidárias. Continuaremos travando-as, mas tenham a certeza de que se darão em torno da possibilidade de quem melhor conduzirá o destino dos municípios e do País, pois todos nós temos o compromisso de resgatar um projeto de soberania nacional, recuperar a independência do País e, sobretudo, estabelecer outras condicionantes estruturais nos contratos internacionais, para que possamos produzir para nós mesmos, e não para o capital internacional.

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, gostaria de discutir aqui um assunto, de certa forma, grave, que não é recente e há muito traz consequências a nosso Estado: a evasão de empresas e indústrias que deixam Minas Gerais e migram para outros Estados por causa dos incentivos que têm recebido.

Destaco a situação de Juiz de Fora - aproveite a presença dos ilustres Deputados Biel, Sebastião Helvécio, Alberto Bejani, que representam com afinco a cidade de Juiz de Fora e região. Fomos surpreendidos, no último dia 16, com uma reportagem publicada pelo jornal "O Tempo", expondo que a indústria de torrefação do Café Toko, situada em Juiz de Fora, enfrenta enormes dificuldades, podendo seguir o mesmo caminho de outras empresas, fechando as portas ou abrindo filiais fora de Minas Gerais, em virtude de atrativos e de incentivos fiscais. Isso porque, há 22 anos, essa empresa sofre, devido a carga tributária reduzida de empresas do mesmo setor localizadas em outras regiões, que, por isso, podem produzir com custos mais baixos.

Sr. Presidente, nos últimos anos, o Estado de Minas Gerais perdeu mais de 20 mil empregos diretos e indiretos, por causa da transferência de indústrias para outros Estados, principalmente para Goiás e a Bahia.

Há mais de dez anos, mais de 30% do número de empresas no Estado de Minas fecharam suas portas, e outras mudaram o endereço em busca de vantagens tributárias e incentivos fiscais, como alíquota menor em outras regiões do País.

Estou preocupado não só com a situação de Juiz de Fora. Vou falar de outras regiões que estão perdendo empresas por causa da terrível guerra fiscal instalada no País. A despeito das dificuldades financeiras por que passa nosso País, não se justifica esse terrorismo, essa guerra que empobrece o Brasil, pois, à medida que empresas são fechadas, aumenta o número de desempregados. A tendência dessas pessoas é migrar para outros Estados e regiões, o que não resolve o problema, pois gera bolsões de miséria em todo o País.

Para que a torrefação Café Toko não deixe Minas Gerais, em especial nossa querida Juiz de Fora, há necessidade urgente de um estudo sobre a reforma tributária no Brasil, a fim de coibir a guerra fiscal, a fim de impedir que os Estados continuem tendo prejuízos.

Não podemos nos afastar do Item nº 3 da Carta de Brasília, quando os líderes dos Executivos nacionais se comprometeram: "A Constituição definirá o novo ICMS como imposto estadual unificado em todo o País, com legislação e normatização uniformes, reduzindo o número de alíquotas e eliminado as 27 legislações diferentes que hoje existem. As normas e as regras de transição para o novo imposto serão definidas por lei complementar".

Os Estados do Nordeste e do Norte oferecem ainda incentivos para instalação de fábricas para venda de um Estado para outro e para o aumento da capacidade de produção.

Sr. Presidente, lamentavelmente, percebemos que em alguns Estados o ICMS é financiado e em outros há até o perdão total dos impostos. Assim vemos que Minas tem sofrido competição dos demais Estados aqui dentro e na hora de vender para fora.

A guerra fiscal tem tirado de Minas investimentos em valores de milhões. Um exemplo é a Zona da Mata, região à qual pertencemos, que já contribuiu com 80% do orçamento do Estado, há 50 anos, e hoje não contribui nem com 25%, empobrecendo cada dia mais. Isso é muito grave e preocupante. Mas não é só na Zona da Mata em que há esses problemas. Segundo informações municipalistas, a falta de um Programa de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável agrava a situação de pobreza na região da Zona da Mata. Vendo a Zona da Mata, uma das mais ricas de Minas, e que ainda assim se encontra em situação de empobrecimento, fico pensando na situação de outras regiões do Estado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - V. Exa. está abordando um assunto dos mais importantes e oportunos. Está fornecendo elementos para motivar, cada vez mais, a reforma tributária, tão necessária como a previdenciária e a política. Deveríamos incentivar pronunciamentos como esse não só nesta Casa, mas também no Brasil inteiro, para que efetivamente as reformas aconteçam o quanto antes e de forma mais ampla possível.

Sentimos na pele o grave problema da guerra fiscal. Acompanhamos, como V. Exa., a reunião do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os Governadores. Pelas notícias recebidas, o Presidente da República está disposto a remeter os projetos relativos às reformas, inclusive tributária, com maior urgência e abrangência possíveis.

Somos também contra a guerra fiscal, mas já temos ouvido pronunciamentos do Governador Aécio Neves contra a reforma fiscal, declarando que não mais perderá indústrias e empresas em Minas Gerais por causa da guerra fiscal.

Precisamos adotar esse procedimento com firmeza, porque o que está acontecendo na Zona da Mata também ocorre por todas as regiões de Minas Gerais.

Concordamos plenamente com a posição de V. Exa.

O Deputado Pastor George* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Muito oportuna e pertinente a fala de V. Exa.

No Sul de Minas, temos uma situação que nos preocupa. Um exemplo é o que aconteceu em Três Pontas, um dos maiores produtores de café do País, que está trabalhando para atrair investimento no setor industrial, objetivando amenizar o problema do desemprego. No entanto, esbarrando com a questão fiscal, tudo fica mais difícil, tendo em vista que Três Pontas perdeu empresa de material esportivo para a Bahia.

Tanto Três Pontas como Itajubá e Pouso Alegre têm perdido empresas pela falta de estrutura rodoviária, de aeroporto e, sobretudo - repito -, essa guerra fiscal para instalação de grandes empresas, tendo em vista que as pequenas empresas já têm outros benefícios.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Pastor George, V. Exa. é dotado de uma mente privilegiada e iluminada, sempre engrandecendo esta augusta Casa. Seu pronunciamento foi feito com muita propriedade e objetividade, historiando a difícil vivência do Estado ante a prejudicial guerra fiscal que estamos vivenciando. Ela é ruim e altamente malévola. Porém, observamos que o Governador Aécio Neves está enfrentando a situação com altivez, coragem e ousadia.

Sabemos que a reforma tributária é imprescindível e inadiável. Complementando o sábio pronunciamento do Deputado Pastor George, domingo tivemos a oportunidade de observar no "Estado de Minas", jornal altamente conceituado pelos mineiros, uma assustadora manchete que nos deixou perplexos. Além dessa guerra fiscal, deparamos com a falta de acompanhamento, atenção, cuidado e zelo de Minas Gerais no que diz respeito à arrecadação de impostos. A manchete era a seguinte: "Minas Gerais perde R\$500.000.000,00 por ano". Sabemos dos problemas e da precariedade de Minas Gerais. Além da guerra fiscal, ainda deparamos com a ineficiência do Estado, e essa manchete veio ilustrar nosso trabalho.

Luto constantemente pela redistribuição de ICMS em Minas Gerais. Gostaria de contar com a preciosa atenção do Presidente em exercício, Deputado Rêmolo Aloise. Apresentei requerimento solicitando a instalação de Comissão Especial para que possamos cumprir nosso dever de acompanhamento atencioso, detalhado e minucioso da arrecadação do Estado. É inaceitável que a REGAP, por exemplo, deixe de pagar, conforme noticiado, R\$130.000.000,00 ao Estado. Há um ano nessa guerra fiscal, ao lado de meu irmão, Toninho Pinheiro, Prefeito de Ibitiré, e do então Secretário Paulino Cícero, tivemos uma luta incansável e incessante na PETROBRAS, lutando contra o Rio de Janeiro que queria levar recursos da PETROBRAS. Graças a Deus, conseguimos trazer a unidade de tratamento de óleo diesel para Ibitiré, para Minas Gerais, investimento esse da ordem de quase R\$200.000.000,00.

É preciso que fiquemos atentos à questão da guerra fiscal. Espero que o Congresso possa, o mais rápido possível, promover a reforma tributária. Aproveito a oportunidade para solicitar aos senhores que nos ajudem a implantar, a concretizar e a promover a redistribuição de ICMS em Minas Gerais. Quase R\$100.000.000,00 são distribuídos para os municípios mais ricos em detrimento dos mais pobres. Temos a obrigação de ajudar, de servir ao ser humano, aos mais necessitados, aos mais carentes. É com esse espírito de solidariedade que conclamo a todos a nos ajudarem a promover e implantar, ainda este ano, o ICMS solidário, que, sem sombra de dúvida, ajudará milhões de mineiros. Parabéns, Deputado! Obrigado.

O Deputado Pastor George* - Muito obrigado, Deputado Dinis Pinheiro, sua fala corrobora e ajuda no raciocínio que temos passado para os Deputados e telespectadores de que é preciso pôr fim à questões como guerra fiscal e política de arrecadação. V. Exa. disse que o Rio tentava tirar recursos de Minas. Temos visto isso de forma mais clara quando empresas do Rio e São Paulo levam empregados de Minas Gerais, notadamente de ônibus, à cidade de Campos do Rio de Janeiro, que possui boa estrutura e situa-se próxima à nossa querida Muriaé.

Isso é preocupante. São homens que se deslocam de suas cidades, de suas casas, deixando suas famílias, tendo de ir trabalhar fora porque a oferta de empregos em nosso Estado está diminuindo de forma substancial.

E assim, sucessivamente, ocorre com as empresas situadas em cidades vizinhas do eixo Rio-São Paulo: logicamente, o caminho é levá-las para fora. Infelizmente, Minas registra significativo fluxo migratório, ou seja, pessoas que saem em busca de melhores condições, em razão da majoração de alíquotas no Estado ou de diferenciais no sistema de compensação de créditos tributários.

Segundo estatísticas, nos últimos quatro anos, 300 postos de combustíveis mineiros fecharam, sendo 200 deles nas rodovias. Desde 1999, o ICMS sobre o diesel passou de 12% para 18%. Resultado: o combustível ficou mais barato nos Estados vizinhos, e as vendas mineiras despencaram. De 1999 para 2002, a arrecadação do ICMS cresceu para 47,4%, saltando de R\$6.000.000.000,00 para R\$9.000.000.000,00, segundo dados da Secretaria da Fazenda.

Minas assistiu ao brutal encolhimento em sua economia nos últimos quatro anos, desde 1999. O número de empresas que fecharam as portas cresceu 33%, saltando de 12 para 16 mil, tendo a situação se agravado no ano passado.

Assim, propomos debates em favor da reforma tributária junto ao Governo, como sugeriram alguns colegas, além de lutar para que se concretize o mais rápido possível, garantindo ao Estado uma economia sustentável e um ataque à guerra do desemprego, ratificando-se o teor, quanto a esse particular, da Carta de Brasília, e lutando para que haja globalização interna em nosso Estado e País, em proporções igualitárias para todos os brasileiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, funcionários da Casa, o que nos traz a esta tribuna é algo com que já temos aprendido a conviver de forma drástica e triste em nosso País, mas que não podemos aceitar de forma passiva, sendo necessário nos unir para encontrar soluções.

Encaminharei requerimentos ao Ministro dos Transportes - o nobre Deputado Anderson Adauto, figura por quem temos estima, respeito, e, acima de tudo, esperança de que seja grande parceiro de Minas nas questões ligadas às nossas rodovias - e ao Secretário de Obras, Deputado Agostinho Patrús, para que seja tratada em regime de urgência a situação calamitosa das rodovias mineiras. Vejam a que ponto chegamos: o problema dos buracos em rodovias precisar ser objeto de pauta, em regime de urgência, em virtude da preocupação dos legisladores mineiros.

Não estou me referindo a mais uma das milhares e milhares de crateras que tomam conta das rodovias brasileiras, mas a uma situação que está ceifando vidas, à morte anunciada com que estão convivendo todos os que precisam trafegar pela Rodovia 262, nas proximidades do trevo de Juatuba. É algo quase impossível de se acreditar nos tempos atuais. Não se trata de algo herdado do Governo anterior, pois os problemas rodoviários vêm de décadas.

Trata-se de problema proveniente das chuvas recentes na BR-262, uma das principais artérias que liga a região central do Estado ao Triângulo e ao Centro-Oeste mineiro. Em virtude de erosão, no final de janeiro e início de fevereiro, tivemos a metade da pista totalmente arrancada pelas águas pluviais. O que se vê é uma cratera da altura do pé direito deste Plenário, algo em torno de 10m ou mais de profundidade, numa mata mais do que muitas guerras instaladas pelo mundo. Enquanto vivemos momentos de aflição e apreensão diante de possível e estúpida guerra, vemos, por onde trafegamos, uma guerra que se trava contra nós mesmos. Não podemos assistir a isso de maneira impotente, precisamos reagir. O Governo Federal deve tomar medidas imediatas. Tudo bem que devemos ter tolerância, que há necessidade de tempo para organizar um planejamento de médio e longo prazos, mas situações emergenciais têm que ser tratadas com rapidez, de forma urgente. Nesse caso específico, não podemos assistir, passivamente, à omissão do Governo Federal.

Daí este requerimento, para alertar que existe, naquele local, morte anunciada. Inclui vários acidentes com vítimas graves e fatais. É inaceitável que possamos assistir a uma situação dessas. Houve um tempo, no Brasil, em que se dizia - e ainda é realidade - que o trânsito mata mais do que muitas guerras instaladas pelo mundo. Enquanto vivemos momentos de aflição e apreensão diante de possível e estúpida guerra, vemos, por onde trafegamos, uma guerra que se trava contra nós mesmos. Não podemos assistir a isso de maneira impotente, precisamos reagir. O Governo Federal deve tomar medidas imediatas. Tudo bem que devemos ter tolerância, que há necessidade de tempo para organizar um planejamento de médio e longo prazos, mas situações emergenciais têm que ser tratadas com rapidez, de forma urgente. Nesse caso específico, não podemos assistir, passivamente, à omissão do Governo Federal.

Requeremos, portanto, uma ação em caráter de urgência, sob pena de o DER, o Ministério dos Transportes e o Governo Federal serem responsabilizados. Aquela é uma rodovia federal e não há sinalização alertando o motorista dos riscos de cair numa cratera. Como dizia, enquanto despachava com o Diretor do DER, Renato César do Nascimento Santana, no mesmo minuto caía um veículo Blazer no referido buraco, parece-me que o terceiro. E nada se faz.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Agradeço a V. Exa. pelo aparte e reforço o que afirma. É importante lembrar que dois documentos foram entregues. Um deles, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o outro, durante a campanha presidencial, ao Lula, elaborado pelo PRODESCOM - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Centro Oeste Mineiro - , que enumerou prioridades apresentadas pelos 77 municípios. Não foi um ou outro município que pleiteou a duplicação desse trecho da BR-262, mas os 77 conjuntamente, como uma das cinco prioridades apresentadas ao Governo Federal.

A situação é realmente estupefacente. Passamos naquele local quase todos os dias. Parabenizo a V. Exa. pela abordagem de fato extremamente importante.

O Deputado Domingos Sávio* - Muito obrigado, Deputado Neider Moreira.

Concluindo, registro um alerta que esta Casa Legislativa faz no seu dever de fiscalizar as ações dos Governos Estadual e Federal, pois temos que trazer os reclames da nossa população. Trata-se de questão de urgência, e estamos enviando ofício ao Secretário Agostinho Patrús, para que a Secretaria de Obras Públicas encontre solução. Naturalmente, fazemos outro requerimento, o qual queremos compartilhar com os companheiros do Centro-Oeste e do Triângulo Mineiro, reivindicando a duplicação da BR-262. É inadmissível apenas essa operação emergencial. A duplicação da BR-262 é uma necessidade para o desenvolvimento de Minas, do Centro-Oeste e do Triângulo Mineiro, de toda esta grande região que tem sido marginalizada, em termos de grandes investimentos, por parte do Governo do Estado.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte)* - Quero saudar o Deputado Domingos Sávio por discutir conosco essa preocupação constante dos mineiros com a situação de nossas estradas. Fazendo coro às suas palavras, convido-os a refletir sobre preocupação externada pelo Ministro Anderson Adauto com relação ao preço cobrado para manutenção das estradas federais e a dificuldade para ajustar a tarifa correta, recorrendo, inclusive, ao Exército para socorrê-lo nessa estratégia de tentar ajuizar o preço correto para a conservação das nossas estradas. Trago essa fala porque sou de Juiz de Fora e lá temos empresa municipal de pavimentação, a EMPAV, empresa pública que tem conseguido fazer obras, não apenas no sentido do recapeamento de ruas, mas de estradas. Certamente tem um conhecimento que poderá ser usado pelo Poder Público para que possamos ter parâmetros para a realização de atitudes urgentes e emergentes, conforme V. Exa. assinala. Gostaria que, ao encaminhar o requerimento, sejam também analisadas pelo Governo Federal as potencialidades das nossas várias municipalidades para que, de forma consorciada, possa se estabelecer uma ação entre Governo Federal, Estadual e municípios. Certamente, se houver mecanismo de compensação do Governo Federal para com essas entidades municipais, estaremos fazendo uma dupla defesa. A defesa da vida, porque as nossas estradas representam ameaça constante e real àqueles que precisam usar o direito constitucional de ir e vir, e, ao mesmo tempo, uma defesa contundente do municipalismo, pois estaremos valorizando nossas administrações municipais, que poderiam receber esse recurso e beneficiar o povo de Minas. Muito obrigado e parabéns a V. Exa.

O Deputado Domingos Sávio* - Agradeço ao nobre companheiro pela contribuição. Sem dúvida, a parceria entre municípios, Estado e União deve ser um caminho para que possamos enfrentar um problema de tamanha magnitude.

Concluindo, quero registrar não apenas nossa aflição, mas a convicção de que temos, nas pessoas do Ministro Anderson Adauto e do Secretário Agostinho Patrús, representações dignas que compreendem a angústia desta Casa, que podem acolher nosso reclame e, em caráter emergencial, solucionar este e outros problemas que representam risco iminente de vida para nossos concidadãos. E, naturalmente, esperamos que haja preocupação de médio e longo prazo.

Nesse sentido, deixo a esta Presidência solicitação para organizarmos uma comissão suprapartidária, de preferência que contemple as várias regiões do nosso Estado - como característica forte e positiva desta Casa -, para encaminhar a voz deste Legislativo, sob a liderança do nosso Presidente e de V. Exa., Deputado Rêmolo Aloise, ao Ministro Anderson Adauto, para que se sensibilize, para que aja em tempo recorde, priorizando Minas Gerais. Sim, por que não?

Já assistimos muitas vezes ao Governo Federal atender prioritariamente São Paulo e aos reclames do Nordeste. E Minas Gerais? Temos um Ministro mineiro, ex-Deputado, ex-Presidente desta Casa. Vamos em comissão ao Deputado Anderson Adauto pedir prioridade para a duplicação da BR-262 e para as estradas mineiras, que estão em petição de miséria, na nossa região Centro-Oeste; além da BR-262, a BR-494, no trecho entre a BR-262, na altura de Nova Serrana e Divinópolis, e até a ligação com a BR-381, em Oliveira, está um caos, intransitável. Essa é uma rodovia extremamente importante para o desenvolvimento econômico daquela região.

Acredito que uma comissão de natureza suprapartidária, que leve o espírito dos mineiros e os anseios das diversas regiões ao Ministro Anderson Adauto, irá se somar à voz da direção desta Casa, à do Governador Aécio Neves, que antes mesmo de convênio formalizado está investindo dinheiro do Estado para recuperar as rodovias federais. Aí, sim, sairemos das proposições para a execução da melhoria das nossas estradas e melhor qualidade de vida para o nosso povo.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Sr. Presidente, quando vejo o Deputado Sávio, sangue novo nesta Casa, lutando pela duplicação, relembro quando ouvíamos o Deputado Jaime, há oito anos, que também lutava pela duplicação. Quando ouvi o Deputado Marcelo Gonçalves também falar da mesma estrada e seus problemas, que começam em Divinópolis e passam por Itaúna, vejo que temos de ter esperança no novo Governo - isso foi bem ressaltado pelo Deputado Sávio, quando lembra o nome do Ministro Anderson Adauto.

O companheiro Anderson tem de se lembrar de Minas Gerais, e não ouvir o cenário nacional dizendo que está privilegiando o Estado. Minas Gerais tem a maior malha viária. Temos os maiores problemas. Se não for priorizado o Estado de Minas Gerais, ainda mais com um mineiro no ministério, a situação ficará difícil. Uma parceria entre os governos Federal e Estadual tem de ser feita.

Não poderia deixar de relembrar o saudoso Deputado Jaime, que também ocupava esta Tribuna, e a oportunidade que tivemos de presenciar quando brigava por essa duplicação, que ficou no sonho. Tenho certeza de que, com a bravura do Deputado, que chega com sangue novo, com essa força suprapartidária, teremos frutos para aquela região.

Sr. Presidente, não poderia deixar de relatar que a população belo-horizontina está assustada com o problema do transporte.

Deixo o meu apelo a Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, e a Ricardo Mendanha, Presidente da BHTrans, pois estamos em período de alerta. O belo-horizontino está assustado por causa da paralisação, o "minhocão" já começou, o transporte vai parar, e sabemos perfeitamente que os problemas com as linhas do DER foram solucionados. Não temos problemas com linhas do DER que servem a Belo Horizonte; mas, temos, agora, com linhas da BHTrans.

Não adianta exigir salário. Quem determina os salários do motorista e do trocador é a BHTrans. Não é empresário de ônibus que dá aumento a motorista e a trocador. Esse repasse é dado, permitido e autorizado pela BHTrans.

Apelo a Ricardo Mendanha e a Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, do PT, que vem administrando bem Belo Horizonte, cidade que hoje consegue despontar como boa para se viver em todo o cenário da administração do PT.

Mas não podemos deixar o transporte coletivo parar, porque quem determina salário de motorista e de trocador é, única e exclusivamente, a BHTrans. Não adianta quebrar ônibus nem colocar o povo na rua, porque tenho certeza de que Ricardo Medanha tentará resolver.

Então, faço esse apelo à Bancada do Partido dos Trabalhadores e à companheira, ex-Vereadora, Deputada Jô Moraes, defensora dos trabalhadores do transporte coletivo, para que juntos não deixem o transporte parar nem o belo-horizontino ser prejudicado, pois quando o transporte pára, Belo Horizonte também pára. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/2/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando Protásio da Terra Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Marcelo Augusto Antunes de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Nivaldo Ferreira do Amaral para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando Deusdedit Inácio Pereira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Marco Aurélio Dias Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Ulisses Alexandre Farina do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Marco Aurélio Dias Ferreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando Karin Cristine Britsch de Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma

Secretaria:

nomeando Deusdedit Inácio Pereira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária;

nomeando José Almir da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Líder do Bloco PT/PC do B;

nomeando Luís Carlos Ferreira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar, Vice-Líder do PTB.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Neuro & Retina Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 7/2/2003, na pág.16, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Márcio Passos", onde se lê:

"Ana Maria Fraga Brant", leia-se:

"Ana Maria Fraga".

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 7/2/2003, na pág.16, col. 2, onde se lê:

"Elmer Bralner da Silva", leia-se:

"Edson Bralner da Silva".

PROJETO DE LEI Nº 205/2003

Na publicação do projeto de lei em epígrafe, verificada na edição de 1º/3/2003, pág. 21, col. 2, na ementa, onde se lê:

"de 29 de janeiro de 2003", leia-se:

"de 30 de janeiro de 2003".

Na mesma publicação, na primeira linha da Justificação, onde se lê:

"A Lei Delegada nº 85, de 29/1/2003", leia-se:

"A Lei Delegada nº 85, de 30/1/2003".

REQUERIMENTOS

Na publicação do resumo de requerimentos verificada na edição de 1º/3/2003, na pág. 25, col. 1, inclua-se, após o resumo do Requerimento nº 63/2003, o seguinte despacho:

" (- À Mesa da Assembléia.)".